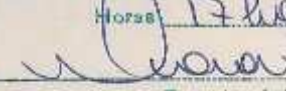




ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

Plenário das Deliberações

PROTOCOLO	PROTOCOLO CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT. Livro <u>07</u> Folha <u>12</u> Data <u>22.06.92</u> Hora <u>17h30</u>  Funcionário	<input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	N.º _____
	AUTOR Vereador EDVALDO FERREIRA MACIEL-PSDB		

PROJETO DE LEI Nº 037/92, DE 22.06.92

"Autorisa o Prefeito Municipal a expedir Título Definitivo de Propriedade".

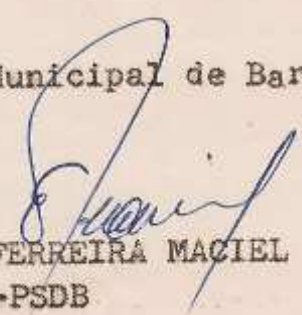
O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

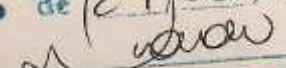
Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a expedir Título Definitivo de Propriedade, por doação, do lote 12, da rua 07, da quadra 38, Jardim Palmares, em nome da Sra. FRANCISCA CONSUELO LEMOS FERREIRA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT., em 22 de junho de 1992.


EDVALDO FERREIRA MACIEL
Vereador-PSDB

Aprovado por Unanidade
Em Sessão de 29.06.92


CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
VOTAÇÃO

MATÉRIA: <i>Projeto de Lei nº 037/92</i>			
VEREADORES	LEGENDA	SIM	NÃO
<i>Alacir Vieira Cândido</i>			
<i>Dr. Aldemar Araújo Guirra</i>	<i>Ausente</i>		
<i>Dr. Carlos Roberto Barbosa</i>	<i>Ausente</i>		
<i>Clodoaldo Alves da Silva</i>			
<i>Domingos Ormeneze Filho</i>	<i>Marcel Albano da Silva</i>		
<i>Eduardo Azeitona Bitencourt de Câmara</i>			
<i>Edvaldo Ferreira Maciel</i>			
<i>Eldo Jacarandá Júnior</i>			
<i>Lázaro Sipriano de Carvalho</i>			
<i>Dr. Lourival Moreira da Mata</i>			
<i>Messias Almeida Dantas</i>			
<i>Nivaldo Peres de Farias</i>			
<i>Dr. Paulo Arantes Ferreira Gonçalves</i>	<i>Ausente</i>		
<i>Paulo Reis de Freitas</i>	<i>Isidoro O'Se</i>		
<i>Waldemar Barbosa Filho</i>	<i>Ausente</i>		

Aprovado por **Unanidade**
Em Sessão de **29/06/92**
in o dia

Obs.: Parecer Oral e Lauricular da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Barra do Garças, 03 de Setembro de 1.992.

Ofício nº 161/92

Prezado Senhor,

Em anexo passo a V.Exa fotocópia do Projeto de Lei nº 037/92 de Autoria do Vereador Edvaldo Ferreira Maciel, informando que já foram decorridos o prazo de Sanção do mesmo. Diante disto, fica a critério de V.Exa. Promulgá-lo ou não, uma vez que o executivo o considera inconstitucional, conforme parecer da Procuradoria Jurídica do Município, em anexo.

Sem outro particular renovamos nosso apreço de estima e consideração.

Atenciosamente.


DR. PAULO SÉRGIO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL.

AO
VEREADOR WALDEMAR BARBOSA FILHO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

15041 20/10/92

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

- Partes Interessadas:
- 1- Prefeito Municipal
 - 2- Presidente da Câmara Municipal
 - 3- Vereador Lourival Moreira da Mata
 - 4- Vereador Messias Almeida Dantas

Assunto: Projeto de Lei nº 030/92 - Projeto de Lei nº 031/92, que dispõem sobre doação de imóvel da Municipalidade.

P A R E C E R:

Dispõem os Projetos de Leis supra mencionados sobre a Titularidade, por doação, de imóveis de propriedade da Municipalidade a diversos beneficiários.

O Presidente da Câmara Municipal censurando a matéria, no que tange sua legalidade frente ao artigo 185 da Constituição Estadual e seu paradigma na Lei Orgânica do Município, alí representado pelo artigo 109, adotando uma postura inédita, talvez precavendo-se de embates e debates desnecessários à tramitação daquelas proposições que, embora considerando-as legítimas, entende FERIR a norma Suprema Estadual e Municipal. Através do Ofício nº 129/92, de 28/05/92. Solicita o Prefeito Municipal o acionamento de sua Assessoria Jurídica, para exarar parecer sobre a legalidade da matéria.

Em despacho consignado no próprio documento, o Prefeito Municipal determinou a Procuradoria a emissão do PARECER solicitado sobre a " VEXATA QUESTIO ".

É verdade, o art. 185 da Constituição Estadual proíbe de modo expresso a doação ou utilização gratuita de imóveis do Município/por terceiros, ressaltando-se, apenas, se o beneficiário for pessoa Jurídica de direito Público Interno, entidade componente de sua administração indireta ou Sociedade Civil sem fins lucrativos.



É como consta:

" Art. 185 - Os bens imóveis do Município não podem ser objeto de DOAÇÃO, nem de UTILIZAÇÃO GRATUITA por terceiros. Salvo, e mediante Ato do Prefeito autorizado pela Câmara Municipal se o beneficiário/for pessoa Jurídica de direito Público Interno, entidade componente de sua administração indireta ou Sociedade Civil sem fins lucrativos."(Gritos nossos).

Ao nosso ver, este dispositivo da Constituição do Estado de Mato Grosso fere a autonomia dos Municípios precanizadas pelo art. 18 e 30, I da Constituição Federal. Por interferir naquilo que é de exclusiva competência do Município, ou seja, a Gerência administrativa de seu Patrimônio.

No entanto, não é o caso do Município de Barra do Garças / pois, este, através de sua Lei Maior, fizera constar no art. 109 daquele Diploma legal o mesmo enunciado do art. 185 da Constituição Estadual, ratificando, assim, o que ali está escrito e suprimindo àquela dúvida, ainda que considerado Inconstitucional àquela dispositivo. Assim nada mais se poderá fazer, a não CUMPRIR A LEI.

E, em que pese a afloração do interesse Público da matéria/ em pauta e os esforços dos autores dos Projetos em procurar atender àque las pessoas, do modo como esta formada a estrutura legal e Constitucional do Município, com relação a doação e utilização Gratuita de imóveis, os/ Projetos de Leis n.ºs 030 e 031 de iniciativa desse Poder, a nós enviados para parecer, são realmente Inconstitucionais e ilegais frente a Carta / Magna Estadual e a Lei Orgânica do Município, como sugere o Presidente da Casa no Ofício n.º 129/92, supra citado.

É o nosso parecer, salvo melhor JUÍZO.

Barra do Garças-MT., 01 de junho de 1.992.

Prefeitura Municipal B. Garças

[Handwritten Signature]
Dr. [Name]

Assessor [Name]
[Address]



ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Barra do Garças

LEI Nº 1.504/92 DE 20 DE OUTUBRO DE 1.992.

AUTOR: EDVALDO FERREIRA MACIEL-PSDB.-

"AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A
EXPEDIR TÍTULO DEFINITIVO DE PRO
PRIEDADE".


O SENHOR WALDEMAR BARBOSA FILHO - PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no
uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e,
nos termos do Art. 66, §§ 5º e 7º da Constituição Federal c/c o Art.
196 §§ 5º e 7º da Constituição Estadual e do Art. 52, §§ 7º e 8º da
Lei orgânica do Município de Barra do Garças, PROMULGA a seguinte
LEI:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado
a expedir TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, por doação, do lote nº
12, da rua 07, da quadra 38, Jardim Palmares, em nome da SRA. FRAN-
CISCA CONSUELO LEMOS FERREIRA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de
Barra do Garças-MT., 20 de outubro de 1.992.


WALDEMAR BARBOSA FILHO

- Presidente -